

Internação e Política*

Geraldina Porto Witter
Pontifícia Universidade Católica de Campinas

O trabalho de TSU é originário de sua tese de doutorado, defendida no Instituto de Psicologia da USP, reelaborada para despi-la do academicismo que marca os discursos desta natureza. Resultou em um livro de leitura fácil e didático. A sua base de sustentação reflete a experiência profissional da Autora como docente, pesquisadora e psicóloga clínica. O foco principal é a internação do doente mental como um problema que envolve não apenas a família mas também a sociedade, embora a ênfase recaia no “drama das famílias”.

Após os agradecimentos, na apresentação rapidamente a autora situa a obra para o leitor, no contexto de uma produção seguem-se quatro capítulos que constituem o cerne do trabalho e o livro é fechado com algumas “Palavras Finais”.

O primeiro capítulo enfoca a questão hospitalização vs desospitalização tendo por fio condutor a família de um alcoólatra, notadamente sua irmã. A assistência pública para atendimento psiquiátrico é buscada pela família em uma situação em que não há vagas disponíveis, a política é pela desospitalização e as condições de atendimento são precárias. A partir de uma entrevista, analisa as situações humanas, a situação do médico, a posição da família e as variáveis que influem na decisão de internamento ou não. Uma variável que se destaca como decisiva “é a impossibilidade do acompanhante responsável de manter o paciente em tratamento ambulatorial, por não contar com condições emocionais e materiais para tanto” (p.19).

As famílias pobres penalizadas pelas contingências de vida quando sobrecarregadas com problemas de distúrbio mental ou comportamental de um de seus membros só percebem como solução a transferência do doente para a responsabilidade do Estado. Quando não conseguem a internação consideram que os Estado não está cumprindo sua obrigação.

O ponto de partida do segundo capítulo é o discurso extraído do diário de um menor trabalhador, com condições precárias de vida, que a autora analisa tendo por base as proposições de Aberastury e da psicanálise, mas destacando também aspectos comportamentais e as influências ambientais. Retoma a literatura de Sociologia das Doenças Mentais lembrando haver evidências suficientes mostrando que “existe correlação entre a pertinência à classe social desfavorecida e maior vulnerabilidade a distúrbios mentais” (p.28). Três hipóteses explicativas frequentemente retomadas pelos autores foram também consideradas: a hipótese do deslocamento descontente (tornar-se doente mental faz com que o indivíduo caia na escala social); a hipótese da rotulação e tratamento diferencial; a hipótese de maior tensão de vida na classe baixa. Na opinião de TSU, “o que parece ocorrer é que a insegurança econômica afeta não apenas a sobrevivência materialmente considerada como também a auto-estima e a relação do indivíduo com os grupos primários” (p.31). Critica o desinteresse de psiquiatria pelos aspectos econômicos e pelas questões de trabalho.

Retoma um trabalho que realizou com homens e mulheres internados, dos quais colheu a biografia, livremente. Verificou que o espaço dado pelos entrevistados colhidos ao trabalho é muito superior ao encontrado nos prontuários das clínicas

* TSU, Tânia. *A internação psiquiátrica e o drama das famílias*. São Paulo: EDUSP/VETOR, 1993, 75p.
Endereço para correspondência: Departamento de Pós-Graduação em Psicologia - Puccamp, rua Waldemar César da Silveira, 105, Swift, CEP 13045-270, Campinas, SP.

e hospitais. O resultado da situação econômica do país se refletem nos hospitais psiquiátricos.

No Capítulo 3, a autora enfoca algumas variáveis psicossociais e o distúrbio que caracterizam a assunção do papel de doente mental e o desenrolar desta carreira. Toma como referência para a reflexão “os discursos de um pai, uma mãe e um marido que acompanham pacientes na busca de atendimento psiquiátrico” (p.37). Os exemplos são usados para delinear as fases do processo de ética da família: reconhecimento da mudança de conduta, interpretação da mudança, consulta ao grupo mais próximo, aceitação do problema e busca de ajuda profissional. Trata rapidamente de internação e da reinteração enfocando o acompanhante. São lembradas as características psiquiátricas e não psiquiátricas do paciente, as variáveis institucionais, as características do pessoal responsável pela admissão ou instrumento, e outras variáveis da avaliação clínica.

O capítulo seguinte enfoca o atendimento em pronto-socorro psiquiátrico e tem por base pesquisa de levantamento de 1182 casos, selecionados aleatoriamente do Livro de Registros de um pronto-socorro psiquiátrico da cidade de São Paulo. Constatou que a maioria (65%) chegava em busca de atendimento acompanhada por familiares ou amigos, o que comprova o relevante papel do acompanhante, razão pela qual a autora optou por estudá-lo, usando para tanto um questionário de quatro itens. Os dados colhidos permitem caracterizar os acompanhantes como uma pessoa com a qual o paciente freqüentemente não concorda, que é o interlocutor entre paciente e psiquiatra; comumente é mãe, cônjuge ou irmão do paciente, em geral provêm de classes sociais desfavorecidas, de baixa renda e escolaridade, sendo muito migrantes de outros estados. Os pacientes possuem características sociais similares às apresentadas pelos acompanhantes, sendo predominantemente masculinos, para os quais a primeira internação tende a ser mais precoce que para o sexo oposto. Os acompanhantes esperam a internação do paciente especialmente se já houve internação anteriormente.

Estudou também as razões e argumentações usadas pelo acompanhante no sentido de obter a

internação. Entre as queixas aparecem: agressividade, alterações na comunicação verbal, alterações nas atividades gerais, distúrbios de sono, distúrbios de alimentação e distorções sensoperceptivas.

Com “Palavras Finais” a autora fecha seu discurso lembrando que “a doença pode ser interpretada como manifestação individual das contradições de uma sociedade em que vigoram determinados valores. Numa sociedade classista, os valores hegemônicos são aqueles que a classe dominante impõe” (p. 67-68). Mas acrescenta que isto não é negar a “existência de sofrimento psíquico” e finaliza pondo em dúvida a adequação de uma política de desospitalização séria sem se cuidar dos aspectos sociais subjacentes.

A obra é bem impressa e apresenta um suporte bibliográfico predominantemente baseado em livros e carecendo de melhor atualização, mas bastante pertinente.

É texto muito útil para cursos de graduação ou de extensão em que os tópicos aqui enfocados são objeto de consideração.